

Prefeitura vai ter de devolver mais de R\$ 236 mil à União

Os vereadores de Montenegro terão que votar dois projetos de lei para a devolução de recursos aos cofres do Governo Federal que deveriam ter sido utilizados pela Prefeitura para realizar obras na cidade. Os projetos foram recebidos no dia 25 de junho e deverão ser votados amanhã.

Um dos projetos autoriza a Prefeitura a abrir crédito especial de R\$ 91.027,52, um recurso repassado pela União que deveria ser utilizado na

construção de pórtico de entrada da cidade. O parecer do consultor jurídico da Câmara, Vinícius Kirsten, alerta que como o recurso não foi utilizado no prazo avençado, é necessário a sua devolução aos cofres da União.

A Mensagem Justificativa, assinada pelo prefeito Luiz Américo Alves Aldana, diz que o contrato foi assinado em 21 de dezembro de 2005, a licitação para a contratação da empresa foi homologada em outubro de 2011 e a ordem para

início da obra, em março de 2012. Consta ainda que a vencedora da licitação não executou totalmente o projeto em tempo hábil para um novo processo licitatório. A obra, então, foi concluída com recursos do Município.

O outro projeto de lei também trata da devolução de dinheiro para a União. O valor é ainda maior, sendo de R\$ 145.787,47 que deveriam ter sido aplicados na conclusão do ginásio da Escola Municipal de Ensino Fundamental

José Pedro Steigleder.

Caso os projetos não forem aprovados, a não devolução dos recursos impediria o município de receber novos repasses do Governo Federal. Presidente da Câmara, Márcio Miguel Müller diz que a vontade é de votar contra os projetos, mas lembra que o prejuízo seria ainda maior. “A cidade está perdendo mais de R\$ 236 mil e ao prefeito Aldana também não existe alternativa a não ser a devolução do dinheiro”, lamenta.